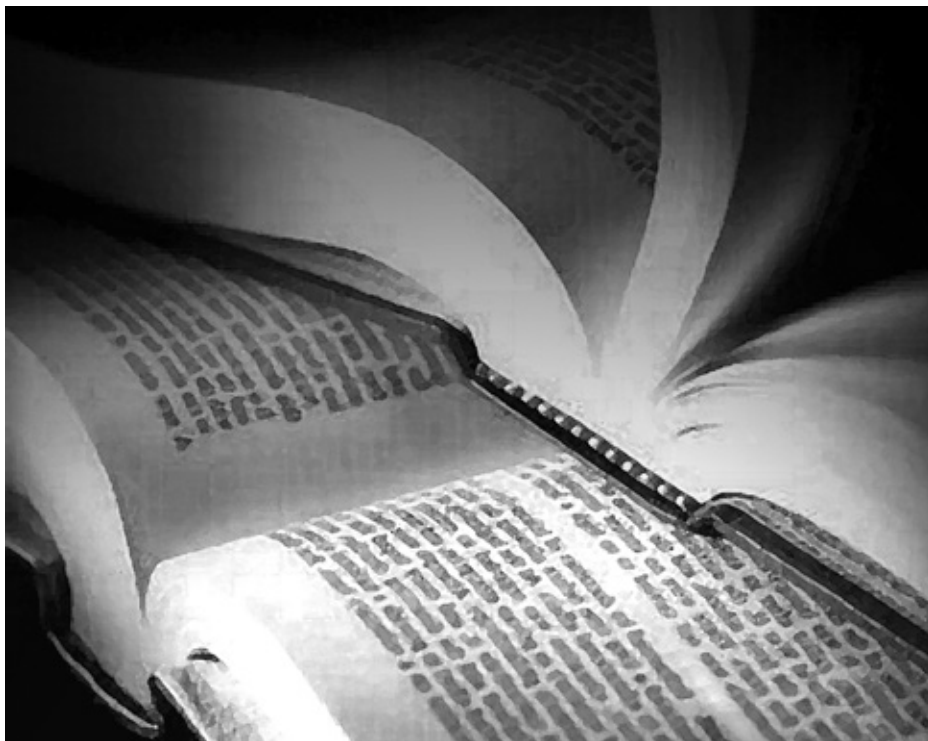


SÉRIE MONOGRAFIAS DO CEJ



Juizado Especial Federal: contributo para um modelo democrático de justiça conciliativa

Paulo Afonso Brum Vaz

Copyright © Conselho da Justiça Federal – 2016

Tiragem: 2.000 exemplares

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte.

As opiniões expressas pelos autores não são necessariamente reflexo da posição do Conselho da Justiça Federal.

EQUIPE EDITORIAL

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Ministro Og Fernandes

Diretor

Maria Virgínia Guimarães Corrêa

Secretária

Rita Helena dos Anjos

Subsecretária de Informação Documental e Editoração CEJ

COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO DO CEJ

Milra de Lucena Machado Amorim

Coordenadora

Ariane Emílio Kloth

Chefe da Seção de Edição e Revisão de Textos

Luciene Bilu Rodrigues

Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Dulcinéia Mendes dos Santos

Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Alice Zilda Dalben Siqueira

Servidora da Seção de Programação Visual e Arte-Final

Caio César Magalhães Olímpio

Estagiário

Impressão

Seção de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do CJF

V393 Vaz, Paulo Afonso Brum.

Juizado Especial Federal : contributo para um modelo democrático de justiça conciliativa / Paulo Afonso Brum Vaz. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2016.

453 p. – (Série monografias do CEJ ; v. 21)

ISBN 978-85-8296-013-4

1. Juizado Especial Federal. – 2. Justiça Federal. – 3. Sistema judiciário. – 4. Conciliação (processo civil). I. Título. – II. Série.

CDU 347.919.3

SUMÁRIO

	ABREVIATURAS E SIGLAS	19
1	INTRODUÇÃO	23
2	NOVAS FACES DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA: METAMORFOSES DO ESTADO, DO DIREITO E DA JUSTIÇA...	31
2.1	A crítica da transição paradigmática da modernidade para a pós-modernidade	32
2.2	A posição de Habermas sobre a modernidade	40
2.3	A posição de Luhmann sobre a modernidade	41
2.4	A modernidade reflexiva de Beck e Giddens e a subpolítica...	42
2.5	Transformações do Estado Moderno: tensões da globalização no sistema jurídico	44
2.6	O pluralismo jurídico e a policontextualidade: aproximações para uma releitura democratizante do processo criativo do sentido do Direito no Sistema de Justiça	52
2.7	A legitimação do sistema jurídico pelo procedimento e o contributo da participação efetiva dos litigantes na construção da solução do conflito.....	65
2.8	O novo papel das Escolas de Direito: formar profissionais preparados às soluções consensuais	70
2.9	O papel ativo dos profissionais do direito no incentivo à solução autocompositiva de conflitos	75
3	A DECADÊNCIA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E A HIPERJUDICIARIZAÇÃO DE CONFLITOS.....	79

3.1	As crises do Estado de Bem-Estar Social: impulso à litigância contra o Poder Público por prestações sociais.....	80
3.1.1	A crise política	82
3.1.2	A crise ideológica	83
3.1.3	A crise filosófica.....	83
3.1.4	A crise financeira	85
3.1.5	A crise demográfica.....	88
3.2	O Estado de Bem-Estar Social e suas duas heranças: da burocratização à individualização como fatores determinantes da litigância contra o Poder Público	94
3.3	A judicialização dos conflitos sociais e a politização da jurisdição: conexão paradoxal entre jurisdição e democratização.....	100
4	REESCREVENDO A DIFERENÇA FUNCIONAL DO SISTEMA JURÍDICO A PARTIR DA AUTOCOMPOSIÇÃO	107
4.1	Breves considerações sobre a teoria sistêmica e a autopoiese do sistema jurídico.....	108
4.2	A posição dos tribunais na teoria dos sistemas sociais: fundamentos teóricos da decisão judicial no sistema do direito	119
4.3	Conciliação e comunicação	129
4.4	A decisão e a conciliação.....	132
4.5	Perspectivas da reflexividade e da abertura cognitiva da Justiça: aproximações no sentido da valorização da consensualidade como condição à conexão entre as semânticas da Justiça e da Sociedade	135
5	BREVE PANORAMA COMPARADO DOS MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA JUSTIÇA EUROPEIA E DAS AMÉRICAS DO NORTE E LATINA	147

5.1	ADR nos EUA.....	149
5.2	Autocomposição na União Europeia (Diretiva 2008/52/CE).....	155
5.3	Autocomposição na França	158
5.4	Autocomposição na Itália	162
5.5	Autocomposição na Espanha.....	165
5.6	Autocomposição em Portugal	168
5.7	Autocomposição na Alemanha	171
5.8	Autocomposição no sistema inglês.....	173
5.9	Métodos Alternativos de Solução de Conflitos (MASCs) na América Latina: avanços nos principais sistemas judiciais	175
5.10	Lições do Direito Comparado	182
6	ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA E PAPEL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL.	185
6.1	Acesso à ordem jurídica justa como direito social fundamental.....	186
6.2	Acesso à ordem jurídica justa e a concepção do Juizado Especial Federal como <i>locus</i> da justiça social conciliativa	194
6.3	Crítica do Juizado Especial Federal: desafios ontológicos para a realização efetiva da justiça social conciliativa	201
6.4	O Estado como maior litigante do sistema de Justiça: a dupla prejudicialidade para o microssistema do Juizado Especial Federal.....	227
6.5	A condição de “sujeito de direito” como pressuposto ético da participação na solução consensual	232
6.6	A conciliação como mecanismo indutor da “cidadania social”: o papel inclusivo da autocomposição no Juizado Especial Federal.....	234

7	APONTAMENTOS SOBRE O CONFLITO TÍPICO DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E A CONCILIAÇÃO NOS PROCESSOS EM QUE É PARTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	243
7.1	Breves aproximações conceituais gerais sobre a teoria do conflito social	244
7.2	Diferença entre mediação e conciliação como modelos de solução de conflitos: a prática conciliatória do Juizado Especial Federal é predominantemente acordista	249
7.3	A imbricação entre questões de legalidade e questões de moralidade no tratamento do conflito do Juizado Especial Federal.....	256
7.4	Aproximações acerca do conflito típico do Juizado Especial Federal, de natureza pecuniária prestacional entre o Estado e o particular	259
7.5	Conciliação e o princípio da legalidade reescrito pelo constitucionalismo	263
7.6	A Administração Pública e a consensualidade: desmistificando a indisponibilidade do interesse público primário	267
7.7	A conciliação com o Poder Público e os direitos reconhecidos: limites éticos e legais submetidos ao controle judicial	271
7.8	(Auto)limitações em acordos com o Poder Público sobre prestações sociais de direitos fundamentais	274
7.9	O princípio da isonomia e a conciliação com o Poder Público: tratamento igualitário e não o mesmo tratamento	278
7.10	A ineficácia do contencioso administrativo: empurrando para o Judiciário a tutela da seguridade social	281
7.11	Crítica à retração e à timidez dos Entes Públicos em relação à política conciliatória: o papel dos Procuradores Públicos e o dever funcional de conciliar	283

8	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: SUMARIEDADE, ORALIDADE E CONCILIAÇÃO.....	291
8.1	O Juizado Especial Federal e a informalização: um metadesafio ainda pendente de concretização.....	293
8.2	O enunciado normativo do princípio da sumariedade máxima no microssistema do Juizado Especial Federal.....	297
8.3	O enunciado normativo do princípio da consensualidade no microssistema do Juizado Especial Federal e as regras respectivas	305
8.4	A fuga do princípio estruturante da oralidade: sem audiência não há comunicação (diálogo) e, por conseguinte, fica distante o consenso	307
8.5	A audiência prévia como mecanismo indutor da solução consensual no Juizado Especial Federal: novas perspectivas com a Lei de Mediação e o NCPC	312
8.5.1	A experiência do Juizado Especial Cível com a audiência prévia conciliatória.....	315
8.5.2	Recepção como faculdade legal ou obrigatoriedade relativa?	316
8.5.3	Sobre as hipóteses de dispensa da audiência prévia de conciliação.....	319
8.5.4	Audiência prévia de conciliação e a improcedência liminar do pedido (art. 332, NCPC)	321
8.5.5	Audiência prévia de conciliação e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (arts. 976-987, NCPC)	322
8.5.6	A quem incumbe a condução da audiência prévia de conciliação? Ao juiz ou ao conciliador?	323
8.5.7	Problemas antigos a serem resolvidos com a realização da audiência prévia de conciliação	323

9	O SISTEMA JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO ADEQUADA DE CONFLITOS DE INTERESSES, MARCO REGULATÓRIO, ASPECTOS ESTRUTURAIS, EVOLUÇÃO E DINÂMICA NA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO	327
9.1	A Resolução n. 125/2010-CNJ como marco regulatório provisório da autocomposição judicial	328
9.2	Primeiros comentários à Lei n. 13.140/2015: marco regulatório da mediação/conciliação	333
9.3	A evolução da estrutura e da dinâmica do sistema de conciliações na cultura organizacional da Justiça Federal da 4ª Região	340
9.4	Centros Judiciários de Solução Consensual e Cidadania como estrutura para racionalizar a funcionalidade do Juizado Especial Federal	342
9.5	O Juiz conciliador e o conciliador não juiz: questões relevantes sobre o papel do juiz e do conciliador	346
9.5.1	Juiz gestor político das conciliações	346
9.5.2	Papel do juiz e dos conciliadores na audiência de conciliação	350
9.6	Principais projetos desenvolvidos na Justiça Federal da 4ª Região	354
9.6.1	Projeto Sistemas Integrados de Perícias Médicas e Conciliação	355
9.6.2	Projeto Gabinete de apoio à conciliação do INSS no TRF4.....	356
9.6.3	Projeto Fórum de Conciliação Virtual: estrutura e dinâmica de funcionamento	357
9.6.4	A experiência da Vara Federal da Conciliação da 4ª Região: criação, estrutura, dinâmica de funcionamento e números obtidos.....	360
10	PARADOXOS DA RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NA JUSTIÇA: DIREITO, TEMPORALIDADE E RADICALISMO.....	365

10.1	Vantagens e riscos da autocomposição: breve esboço sobre pontos negativos e positivos.....	366
10.2	O papel do direito positivo diante da liberdade contratual típica dos acordos	372
10.3	Solução adjudicada <i>versus</i> autocomposição: aproximações sobre a sacralização do consenso e a demonização da jurisdição	383
10.4	Considerações sobre o kairós das conciliações: o tempo e a oportunidade na dinâmica da consensualidade	387
10.5	Imbricações necessárias entre técnicas autocompositivas e heterocompositivas	395
11	CONCLUSÕES.....	397
11.1	Conclusões parciais articuladas	397
11.2	Conclusões	402
	Referências	409